TC 014.899/2001-7

Tipo: Tomada de Contas Especial

Entidade: Município de Açailândia/MA.

Responsáveis: Gilson Freire de Sant'Anna (CPF 101.988.221-20); Maria dos Anjos Almeida de Sousa (CPF 840.011.944-49)

Dados do Acórdão Condenatório (Peça nº 11, p. 17-19).

Número/Ano: 1779/2007.

Colegiado: 1ª Câmara

Data da Sessão: 19/6/2007

Ata nº: 19/2007.

Dados do Acórdão de Recurso de Reconsideração
(Peça 13, p. 8).

Número/Ano: 3387/2008.

Colegiado: 1ª Câmara.

Data da Sessão: 14/7/2008

Ata nº 3/2008.

INSTRUÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

1. De acordo com o Serviço de Cobrança Executiva – Scbex, em apontamento realizado no bojo do processo 029.838/2009-3, foi identificado que o nome da responsável “Maria dos Anjos Almeida de Sousa” encontra-se grafado incorretamente no Acórdão 1779/2007-TCU-1ª Câmara - Condenatório (peça 11, p. 17-19), de forma que o nome correto é “Maria dos Anjos de Sousa Almeida”. Ressaltando que o Acórdão Recursal 3387/2008-TCU-1ª Câmara não constou o nome da responsável em tela, pelo que não apresentou erros.

2. De fato existe a divergência apontada entre o nome que consta no Acórdão 1779/2007-TCU-1ª Câmara e o nome presente atualmente no sistema da Receita Federal – Base CPF, contudo esse cenário não foi provocado pela unidade técnica, mas sim por uma possível atualização de nome da responsável, vez que, conforme documentos à peça 104 (extraída do processo de cbex TC 029.838/2009-3), nota-se que o nome da referida responsável, assinado pela própria (peça 104, p. 4) e que constava na base CPF (peça 104, p. 5) era “Maria dos Anjos Almeida de Sousa” e passou, conforme pesquisas à peça 104, p. 6-7, a ser “Maria dos Anjos de Sousa Almeida”.

3. Com isso, existindo a necessidade de atualização do nome, atesto que, conferidos os termos do Acórdão em epígrafe, **FOI** identificado erro material, pelo que submeto o processo à consideração superior, propondo, em face da subdelegação de competência inserta nos incisos V e VI, art.2º - Portaria - Secex-MA nº 20, de 10/10/2016 e com fulcro na Súmula TCU 145, c/c o MMC nº 2/2003 - Segecex, o encaminhamento dos autos, via MP/TCU, ao gabinete do Ministro Relator, BENJAMIN ZYMLER, para a promoção do apostilamento do Acórdão 1779/2007 – TCU – 1ª Câmara, consignando a seguinte alteração:

Onde se lê: “Maria dos Anjos Almeida de Sousa” (...), **leia-se:** “Maria dos Anjos de Sousa Almeida”.

4. Ademais, ante o que dispõe o art. 184, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, propõe-se ainda que não deva ser restituído o prazo à responsável, tendo vista tratar-se de mera correção que não afeta a esfera subjetiva da destinatária, já que as notificações já realizadas nos autos foram endereçadas ao CPF correto.

5. Após a correção alvitrada, entende-se que deva ser realizada as modificações necessárias nos sistemas processuais do TCU, de forma que o demonstrativo de débito e a nova notificação da responsável contemple a correção que vier a ser determinada.

SECEX/MA, 12 de Janeiro de 2017.

(Assinado eletronicamente)
Hugo Leonardo Menezes de Carvalho
AUFC – Matrícula 7708-9